

# Marcas *de três décadas*

**RUI LEÃO MARTINHO**

DIRECTOR

Após mais de três décadas de integração plena na União Europeia, Portugal é hoje um país diferente, mais desenvolvido e moderno do que aquele que era no momento da entrada neste clube de países europeus, hoje ainda a 28.

Os portugueses assumiram rapidamente a consciência de serem europeus, bem como de poderem deslocar-se com mais facilidade, utilizar uma moeda comum num espaço alargado e de se cruzarem com outros povos e outras raças, seja no seu país seja no estrangeiro.

Entrámos na Europa e durante cerca de dez anos cumprimos o que nos pediam, corrigimos assimetrias, fizemos reformas, construímos infra-estruturas, começámos efectivamente a virar a esquina da pobreza, da miséria mesmo e a aproveitar as oportunidades que nos foram criadas. Os dados económicos desse período aí estão para o confirmarem. O crescimento económico atingiu valores que Portugal só conhecia de um passado já algo distante no tempo do Estado Novo.

Porém, passados alguns anos e a partir da adesão de Portugal à Zona Euro, começaram a surgir os primeiros problemas. A falta de preparação para esta entrada revelou-se no desequilíbrio das contas públicas, no aumento do endividamento público e privado, no atingir valores já muito elevados de défice público nos últimos anos da primeira década deste século.

E pela terceira vez desde a mudança de regime político, em 1974, os portugueses viram a sua economia ser objecto de intervenção e apoio externos com o objectivo de ajudar o País a superar uma situação de colapso. Fizeram-se algumas reformas, tímidas mas mesmo assim eficientes, quer no domínio laboral quer na área fiscal, preservando-se os dois indicadores da economia social desenvolvidos nos últimos decénios: o serviço nacional de saúde e o ensino e a educação.

Portugal saiu do procedimento por défices excessivos, e a economia começou a dar sinais de recuperação. Com uma conjuntura particularmente favorável, com a continuação do *quantitative easing* por parte do

BCE e a recuperação entretanto conseguida pelos portugueses (famílias e empresas), estamos agora a viver um período de melhoria assinalável dos dados económicos, embora continuemos a ter muitas tarefas a cumprir para tornar durável a situação que agora se vive.

Na verdade, Portugal cumpre a regra do défice nominal baixo, embora o défice estrutural resista à descida desejada para que a situação actual seja sustentável.

Igualmente a carga fiscal sobre as famílias e as empresas continua elevada, provocando nos contribuintes uma certa fadiga fiscal e podendo dar azo a um aumento da evasão e fraude fiscal. Um sistema fiscal mais simplificado, com taxas de imposto que permitam atrair investimento produtivo, nacional ou internacional, com estímulos à natalidade deve ser estudado e lançado com brevidade.

Na saúde, é necessário pagar a fornecedores dentro de um período razoável e retomar o zelo da diminuição das listas de espera dos doentes que aguardam intervenções ou exames médicos mais complexo, para além do investimento necessário que este sector sempre exige para responder convenientemente às solicitações dos cidadãos.

A segurança social precisa há muito de uma conjugação das forças políticas, o mais alargada possível, para reformar o sistema vigente. Com a baixa taxa de fecundidade do País (1,3 em 2015), com a esperança de vida a aumentar e com uma expectativa de acréscimo do número de pensionistas e aposentados nos próximos anos, torna-se inadiável repensar todo o sistema. Experiências bem-sucedidas noutras latitudes podem dar-nos uma base para esse trabalho de reforma da segurança social, com a devida atenção para o período transitório que terá sempre de haver, caso se opte por essa via reformadora de um sistema que tem respondido, mas que devido às causas atrás referidas deverá ser profundamente repensado em tempo útil.

O endividamento é um tema que abrange famílias, empresas e o próprio Estado. Diminui-lo é um objectivo que deve nortear os objectivos de qualquer destes agregados e devendo ser o Estado a dar o primeiro exemplo, através de uma política contida e reflectida que permita ao País descer gradualmente essa dívida. As empresas financeiras, que só agora começam a respirar, desalavancaram as suas actividades nos últimos anos e têm vindo a diminuir o endividamento. As famílias têm, recentemente, vindo de novo a aumentar os seus graus de endividamento. Algum aumento salarial, a cedência a tentações de curto prazo, o aumento de publicidade de imobiliário e automóveis podem explicar esta situação. Será bom lembrar o que o economista Richard Thaler, Prémio Nobel deste ano, escreveu sobre estas tentações imediatas ou de curto prazo. Diz ele que há que saber resistir-lhes, pois elas são em geral irracionais e devemos privilegiar escolhas ou acções de médio e longo prazos.

Se soubermos cumprir estas exigências, decerto Portugal ficará mais forte e capaz de enfrentar as vicissitudes que o futuro possa trazer. Aproveitemos a oportunidade e pensemos que 32 anos depois da nossa adesão à União Europeia e quase quarenta e quatro anos após a mudança de regime político, Portugal deve prosseguir no caminho do crescimento, do desenvolvimento económico e social, da criação da riqueza, factores indispensáveis para a manutenção do Estado Social. <>